



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRAFO nº 13/2017

Projeto de Lei nº 011/2017 – Autor: Poder Executivo

Lei nº de de de 2017

O Presidente da Câmara Municipal faz saber que em sessão ordinária do dia 06 de março de 2017, a Câmara aprovou a seguinte Lei:

Autoriza o Poder Executivo a fazer Concessão de Uso, a Título Remunerado, nos termos das Leis Municipais nºs. 2.827, 2841 e 2851/97, de um imóvel abaixo descrito, e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer Concessão de Uso Remunerado mensalmente do imóvel descrito no art. 2º desta lei, nos termos das Leis Municipais nºs. 2.827, 2.841 e 2.851/97, mediante Licitação Pública.

Parágrafo único. A Remuneração pela concessão será reajustada a cada 12 (doze) meses pelo INPC, ou índice que vier a substituí-lo.

Art. 2º A presente concessão recairá sobre um imóvel localizado nesta cidade, à Avenida das Indústrias nº 297, composto de um Barracão Industrial com 1.256 m² de área construída, e respectivo terreno, encerrando em área total de 1381,48 m², parte integrante de área maior conforme Decreto de Utilidade Pública nº 2965 de 24 de novembro de 1997 e Processo de Desapropriação 0001029-70.1998.8.26.0062; ainda objeto desta concessão uma Área anexa de 840,07 m² composto de um barracão de 700 m² matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Bariri, sob o nº 11.302, de propriedade do Município de Bariri, e se formalizará por contrato.

Art. 3º presente concessão destina-se única e exclusivamente à Licitantes legalmente constituídas no momento da realização da licitação para exercer atividades de Indústria, Comércio ou de Prestação de Serviços.

Art. 4º Fica a Prefeitura Municipal de Bariri autorizada a proceder, como forma de incentivo a geração de emprego e renda, a redução de 50% (Cinquenta por cento) sobre o valor médio das avaliações, para fins de propostas iniciais no processo licitatório.

Art. 5º A concessionária deverá cumprir os seguintes encargos e condições durante o período da concessão de uso, cujo termo inicial será o da lavratura de instrumento público:

I – em até 12 (doze) meses da assinatura do contrato comprovar a existência de 15 (quinze) funcionários;

II – em até 24 (vinte e quatro) meses da assinatura do contrato comprovar a existência de 30 (trinta) funcionários, devendo os mesmos serem mantidos até o prazo final da concessão;

III – faturar toda a sua produção e comercialização através da empresa beneficiária e/ou coligadas, desde que todas tenham sede no âmbito do município de Bariri;



CÂMARA MUNICIPAL DE BARIRI

BARIRI - ESTADO DE SÃO PAULO

IV – providenciar o licenciamento de todos os veículos pesados e leves de propriedade da empresa no Município de Bariri.

Parágrafo único. Para os ônus acima descritos, será aceito uma variação negativa de até 10% (dez por cento), devendo ser justificadas. As comprovações e justificativas deverão ser encaminhadas a Diretoria de Desenvolvimento Econômico, que remeterá ao CMDB – Conselho Municipal de Desenvolvimento de Bariri, para parecer.

Art. 6º O prazo da presente concessão é de 10 (dez) anos, tendo início na data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos a critério do poder executivo.

Art. 7º A aprovação junto aos órgãos competentes, o pagamento de eventuais taxas que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel, bem como despesas relativas à energia elétrica, água e telefonia, será de responsabilidade da Concessionária, sendo que no prazo estipulado no artigo 6º, ou rescisão de contrato, a Concessionária devolverá o imóvel, ficando incorporado ao mesmo, eventuais benfeitorias realizadas, sem direito à indenização ou retenção.

Art. 8º A empresa deverá a cada 90 (noventa) dias fazer prova a Diretoria de Desenvolvimento Econômico de Bariri, do recolhimento de contribuições fundiárias e previdenciárias, bem como registro dos empregados mantidos na empresa, através dos documentos legalmente aceitos e comprobatórios.

Art. 9º Na hipótese da concessionária encerrar suas atividades antes do prazo estabelecido no Art. 6º, desta Lei, fica a Concessionária impedida de dar outro destino ao referido imóvel, devolvendo-o ao Município.

Art. 10. A concessão de uso será revogada e o bem será reintegrado à posse do Município, com os acréscimos constantes do bem, na hipótese de a Concessionária deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, em caso de inadimplemento total ou parcial das suas obrigações legais ou contratuais, e nas demais hipóteses previstas no instrumento de concessão ou na legislação pertinente, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior, devidamente demonstrados e aceitos pelo Poder Concedente.

Parágrafo único. A rescisão e reintegração do bem ao Município nas hipóteses de que trata este artigo será imediata e se dará mediante simples notificação extrajudicial, sendo que nos casos em que o Município tenha que se valer de medida judicial para promover a rescisão da concessão e/ou retomada do bem, fica a concessionária obrigada a ressarcir-lhe as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, sem prejuízo do ressarcimento dos demais danos verificados.

Art. 11. A Concessionária fica inteiramente responsável pela manutenção e boa conservação do respectivo prédio, de forma a devolvê-lo no estado de conservação em que o recebeu, no prazo, ou antes, dele, nas hipóteses constantes desta lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando se às disposições em contrário.

Câmara Municipal de Bariri, 06 de março de 2017.

Vice-presidente em exercício,

VAGNER MATEUS FERREIRA